

## Vias de Fortaleza têm fiação área substituída por subterrânea

I POLO GASTRONÔMICO DA VARJOTA I

BARBARA MOIRA



UMA PARTE do Polo Gastronômico da Varjota já se adequa ao novo modelo

A Prefeitura de Fortaleza segue com a transferência da rede aérea para a subterrânea em vias da Capital. As avenidas Beira Mar, Dom Luís, Desembargador Moreira, Aguanambi, além do entorno do Polo Gastronômico da Varjota e a rua Liberato Barroso são trechos contemplados com a mudança. A iniciativa atende ao planejamento urbano previsto para a Capital nos próximos 15 anos, por meio do Código da Cidade.

O Polo Gastronômico da Varjota já possui 100% de fiação subterrânea. As avenidas Desembargador Moreira e Aguanambi estão com ações em andamento. Os próximos trechos a receber nova estrutura são a avenida Beira Mar

e a rua Liberato Barroso.

Por meio de assessoria, Luciana Lobo, titular da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), ressalta que a iniciativa, além de atender o planejamento urbano previsto, vai deixar a Cidade visualmente menos poluída, contribuindo para a modernização e bem-estar da população.

A ação segue um cronograma com metas que foi acordado entre a Prefeitura de Fortaleza e as empresas de energia elétrica, telefonia, internet e similares. Além da melhoria visual da cidade, o projeto prevê a redução de manutenções, proporcionando economia. (Isabela Queiroz, especial para O POVO)

## MPCE pede proteção do Edifício São Pedro

I PATRIMÔNIO HISTÓRICO I Órgão

aponta que o prédio tem sido alvo de depredações

FABIO LIMA



EDIFÍCIO São Pedro não tem segurança

O Ministério Público do Ceará (MPCE) ingressou na última quinta-feira, 29, um pedido de tutela cautelar incidental contra o proprietário do Edifício São Pedro, Francisco de Assis Philomeno Gomes Júnior, e contra o município de Fortaleza, através da 135ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, com objetivo de garantir a proteção do imóvel. Nos meses de março e abril o prédio foi alvo de saques e depredações, além de um incêndio que atingiu o edifício na última terça, 27.

De acordo com o pedido, as últimas ocorrências têm acelerado o processo de deterioração da já precária condição estrutural do imóvel, aumentando o risco de desabamentos e de destruição de diversos aspectos essenciais que compõem a edificação, ameaçando não somente a estrutura do prédio, mas também a segurança dos indivíduos responsáveis por tais atos. A titular da promotoria, Ann Celly Sampaio, salienta que a responsabilidade pela garantia da proteção da edificação, que integra o patrimônio histórico e cultural da Capital, é subsidiária entre proprietário e ente municipal.

Ao proprietário, o órgão requer que providencie a vigilância diuturna do prédio, a fim de coibir a ocorrência de furtos, invasões e depredações ou qualquer outro ato lesivo ao bem tombado. Ao município, a solicitação é que, via Guarda Municipal, intensifique a fiscalização

nas imediações do Edifício São Pedro. Caso o proprietário permaneça inerte, o MPCE pede à Justiça que determine que o ente municipal garanta a segurança do edifício, providenciando a vigilância diuturna do imóvel. O órgão também solicita à Justiça que seja determinado que, a cada 15 dias, município e proprietário informe ao Juízo as medidas tomadas.

De acordo com o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU), Lucas Rozzoline, o prédio foi tombado definitivamente por decisão do Conselho de Patrimônio Histórico de Fortaleza, em 2015, mas desde esta data, o prefeito simplesmente não assina o documento final que conclui o

processo. Ele critica a demolição do prédio e defende que o bem histórico pode ser reformado. “A diferença é que você deve enviar a um órgão a mais de aprovação que é a Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria de Cultura”, explica.

Ele diz que a questão de uma possível reforma também não é só financeira, “pois também temos prédios caros horrendos e que dificultam a vida das pessoas que habitam ao redor, mas uma questão de repertório e critério. As pessoas acham que estão fazendo obras bem feitas mas na verdade estão destruindo obras belas que contribuem com a paisagem tão sofrida de nossa cidade”, concluiu. (Alice Sousa)

### SONIA GUAJAJARA

#### PF intima indígena por ‘difamação’ a Bolsonaro

Uma das principais lideranças indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, foi intimada a testemunhar pela Polícia Federal por suposta difamação contra o governo Bolsonaro. “Fui intimada pela PF, como representante da @ apiboficial, para depor em um inquérito por conta da websérie Maracá. A perseguição desse governo é inaceitável e absurda! Eles não nos calarão!”, tuitou Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). (AFP)

### ARCO-ÍRIS

#### Denatran aponta irregularidade em faixas coloridas

O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) afirmou que não há previsão legal, segundo a legislação de trânsito, para o uso das faixas de pedestres coloridas, modelo adotado por campanha em prol do movimento LGBTQIA+ em Fortaleza e Sobral. O órgão afirma ainda que oficiará os órgãos de trânsito responsáveis a fim de esclarecer a situação, pois não houve qualquer pedido de autorização para uso das faixas ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran). (Filipe Pereira e Ana Vitória Marques)

# 1º de Maio:

## Dia de luta e resistência para os trabalhadores

O dia 1º de Maio é considerado o dia do trabalhador porque em 1º de Maio de 1886, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, foi deflagrada uma greve por melhores condições de trabalho, principalmente pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, que à época chegava a 17 horas por dia. Nessa manifestação, houve confronto com os policiais. Mas a luta não foi em vão: a partir deste protesto, os trabalhadores de todo o mundo, incluindo o Brasil, conquistaram muitos direitos para ter uma vida digna, incluindo melhores condições de trabalho. No Brasil, a conquista histórica veio em 1943, com a aprovação do Decreto-Lei 5.452, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em nosso país, sob o discurso de atualizar a CLT, efetivou-se, em 2017, a reforma trabalhista. De lá para cá, o que se vê, sem dúvida alguma, é a perda de direitos da classe trabalhadora – direitos estes conquistados duramente ao longo de décadas de luta. Houve muitas manifestações, promovidas pelos trabalhadores, contrárias à reforma trabalhista, mas o Governo Federal e o Congresso Nacional, com predominância da teoria econômica neoliberal, aprovaram a reforma, retirando direitos da classe trabalhadora.

No final de 2019, a política neoliberal do Estado mínimo implantou a reforma previdenciária em nosso país, dando continuidade ao projeto de deixar aos trabalhadores somente o direito de buscar sua subsistência pela humilhante aceitação de qualquer fonte de renda, sem o mínimo de garantias para si e sua família.

As consequências das duas reformas ainda estão sendo compreendidas e assimiladas, mas os resultados concretos aparecem com crueldade, por meio da precarização das relações trabalhistas, com a perda de direitos históricos – seja na relação capital/trabalho, seja na pauperização e no adoecimento físico e mental da classe trabalhadora.

No serviço público, dias de preocupação se fazem presentes, considerando a proposta de reforma administrativa – PEC 32/2020 –, em tramitação no Congresso Nacional, cuja principal diretriz é terceirizar o serviço público, restringindo ao máximo o Concurso Público, que é a forma constitucional e democrática de ingresso no serviço público. Com isso, quer transformar o serviço público em máquina partidária, com o fim da estabilidade e a respectiva indicação de cargos pelos partidos políticos hegemônicos. A liberdade e a autonomia do servidor público deixarão de existir, passando o serviço público a orientar-se pelo programa dos partidos que detêm o poder, prejudicando a prestação de serviço aos que dele necessitam: os mais vulneráveis socialmente.

Caso esta reforma seja aprovada, quem mais será prejudicada é a sociedade brasileira, pois serviços públicos como educação, saúde, assistência, previdência, segurança, saneamento, dentre outros, serão precarizados ou deixarão de ser públicos.

Tudo isso tem uma finalidade: beneficiar o capital financeiro especulativo. Por todas essas razões, nós trabalhadores, bem como toda sociedade brasileira, não podemos deixar que mais esse projeto de retirada de direitos da sociedade seja aprovado.

A Diretoria Colegiada do Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) vem a público, neste 1º de maio de 2021, reafirmar seu compromisso com a defesa dos interesses de toda a classe trabalhadora e, em particular, dos servidores fazendários. Continuaremos na luta, mesmo que a esperança de dias melhores requeira tempo e determinação em manter-se coerente com as causas dos trabalhadores, quer da iniciativa privada, quer do serviço público.

**SINTAF**  
SINDICATO DOS FAZENDÁRIOS DO CEARÁ

sintaf@sintafce.org.br | sintaf.ceara | sintaf\_ce | www.sintafce.org.br

PARABÉNS AOS  
TRABALHADORES  
FAZENDÁRIOS E A TODOS  
OS TRABALHADORES  
DO BRASIL!



INFORME PUBLICITÁRIO